



**ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/11/2012**

1 CONSELHEIROS PRESENTES

2

3 Edison Pereira de Lima – representante suplente da Secretaria de Estado do
4 Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS;

5 Carlos Mestre Crespo Luz – representante titular da Secretaria de Estado do Planejamento –
6 SPG;

7 José Délcio Steinbach – representante suplente da Secretaria de Estado da Saúde – SES;

8 Germano Luiz Amorim Filho - representante titular da Secretaria de Estado da Fazenda –
9 SEF;

10 José Belmont Verzola - representante suplente das Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A
11 – CELESC;

12 Patrice Juliana Barzan – representante titular da Companhia Catarinense de Águas e
13 Saneamento – CASAN;

14 Ademar Alfonso Mombach – representante titular da Fundação de Meio Ambiente –
15 FATMA;

16 Camilo Leite de Hollanda – representante suplente da Fundação de Meio Ambiente –
17 FATMA;

18 Ten. Cel. Leibnitz Martinez Hipólito – representante titular do Batalhão da Polícia Militar
19 Ambiental – BPMA;

20 Roberto Kurtz – representante titular da Federação Catarinense dos Municípios – FECAM;

21 Ives Luiz Lopes – representante suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de
22 Santa Catarina – FETAESC;

23 Alexandre Bach Trevisan – representante titular da Associação Catarinense dos Engenheiros
24 – ACE;

25 José Vicente Miranda Regina – representante titular da Associação Brasileira de Recursos
26 Hídricos – ABRH;

27 João Luiz Baptista de Carvalho – representante titular da Associação Catarinense das
28 Fundações Educacionais – ACAFE;

29 Lauro César Zanatta – representante suplente da Associação Brasileira de Águas
30 Subterrâneas – ABAS.

31

32 OUTROS REPRESENTANTES

33 Djalma Silva Bittencourt – Comitê do Rio Tijucas;

34 Alfredo Lang Scultetus – Comitê do Rio Canoinhas;

35 Francielle Cristina Gaertner – Comitê do Rio Canoinhas;

36 Vinicius Tavares Constante – Secretário Executivo do CERH;

37 Rui Batista Antunes – Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos – DRHI/SDS;

38 Fabio Martins – Gerente de Outorga de Uso dos Recursos Hídricos – DRHI/SDS;

39 Daniel Casarin Ribeiro – Coordenador de Projetos Especiais - SDS;

40 Gisele Mori – Técnica da DRHI/SDS;

41 Simone Stadnick – Técnica da DRHI/SDS;

42 Marcos Nappi – Gerente de Planejamento da SDS;

43 César Rodolfo Seibt – Técnico da DRHI/SDS;

44 Thales Ribeiro – Técnico da DRHI/SDS;

45

46 INÍCIO: 13h50min TÉRMINO: 17h50min



**ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/11/2012**

47

48 Às treze horas e cinquenta minutos do vigésimo nono dia do mês de novembro de dois mil e
49 doze, no Auditório da Secretaria de Estado da Administração, reuniram-se os acima
50 nominados para discutir, conforme a ordem do dia, os seguintes assuntos:

51 **Abertura:**

52 • Aprovação da Ata da 30ª Reunião Ordinária do CERH;

53 • Posse de novos conselheiros do CERH;

54 **Deliberações sobre:**

55 • Minuta de Projeto de Lei que cria o CERH e Minuta de Regimento Interno;

56 • Critérios de Outorga de Uso dos Recursos Hídricos propostos no Plano de Recursos
57 Hídricos da Bacia do Rio Itajaí;

58 • Projetos de Implementação dos Planos de Bacias Hidrográficas – Programa SC
59 Rural:

60 ○ *Projeto Análise da Qualidade da Água das Nascentes dos Rios das Sub-Bacias do*
61 *Território de Atuação do Comitê Jacutinga e Contíguos;*

62 ○ *Projeto de Gestão Integrada da Água Superficial com água Subterrânea: cadastro*
63 *dos poços de captação de água subterrânea, na Bacia Hidrográfica do Rio*
64 *Jacutinga e Sub-Bacias Contíguas;*

65 • Proposta de cronograma de Reuniões do CERH para 2013;

66 **Apresentação sobre:**

67 • Obras para contenção de cheias programadas pelo Governo do Estado para Bacia do
68 Itajaí.

69

70 O Diretor de Recursos Hídricos da SDS e representante suplente da SDS, Edison Pereira de
71 Lima, abriu a 31ª Reunião do CERH, cumprimentando os conselheiros, informando que
72 esta é a terceira e última reunião de 2012, e sugerindo que a reunião seja presidida pelo
73 Gerente de Planejamento da DRHI/SDS, Rui Batista Antunes e pelo Secretário Executivo
74 do CERH, Vinicius Constante, pois os dois estão mais informados sobre os assuntos em
75 pauta, possibilitando maior agilidade no andamento da reunião. A plenária aceitou a
76 sugestão. Vinicius Constante lembrou que a Ata da 30ª Reunião Ordinária do CERH foi
77 enviada por e-mail, assim como também estava disponível no site para análise dos
78 conselheiros e indagou se era necessária a leitura. A plenária decidiu que não havia
79 necessidade. Vinicius indagou se alguém tinha alguma sugestão de alteração, não havendo a
80 Ata foi aprovada sem alterações. Em seguida, foi feita a leitura dos termos de posse dos
81 novos conselheiros, Alexandre Bach Trevisan (titular ACE), Carlos Mestre Crespo Luz
82 (titular SPG), Ademar Afonso Mombach (titular FATMA) e Camilo Leite de Hollanda
83 (suplente FATMA). Após a posse dos novos conselheiros, Rui Batista Antunes passou ao
84 seguinte item da pauta “**Deliberação sobre a Minuta de Projeto de Lei que cria o CERH**
85 **e a Minuta de Regimento Interno**”, lembrando que este tema já está sendo discutido há
86 vários anos no Conselho, mas no início do ano a Secretaria de Estado da Casa Civil não
87 aceitou a minuta de PL enviada pelo CERH. Diante da situação, decidiu-se novamente
88 analisar e discutir o tema, primeiramente na CTIL, que elaborou estas minutas
89 encaminhadas para os conselheiros. Vinicius Constante lembrou que os documentos foram
90 enviados para os conselheiros com 20 dias de antecedência, e em seguida apresentou as
91 principais alterações feitas pela CTIL na minuta de PL e de Regimento Interno. Dentre as
92 novidades está a composição dividida em quatro segmentos: Representantes do Poder



**ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/11/2012**

93 Público Estadual, do Poder Público Municipal, dos Usuários e das entidades da sociedade
94 civil com atuação em recursos hídricos. As competências do Conselho também foram
95 reformuladas com base nas atribuições que os conselhos estaduais têm no Sistema Nacional
96 de Recursos Hídricos. No regimento interno, Vinicius informou que dois dos dispositivos
97 não tiveram consenso na CTIL e, portanto, a minuta apresenta alternativas para decisão do
98 Conselho. O primeiro diz respeito à presidência do CERH com duas alternativas: uma com
99 o presidente escolhido entre os conselheiros para um mandato de dois anos, e a outra opção
100 mantendo como funciona hoje, com o presidente sendo o Secretário da Secretaria de Estado
101 ao qual está afeta a Gestão de Recursos Hídricos. A CTIL trouxe também três alternativas
102 de composição: com 24, 28 ou 32 conselheiros. A seguir, Rui Batista Antunes fez alguns
103 explicações sobre as alternativas apresentadas pela CTIL e abriu para esclarecimentos. A
104 conselheira representante da CASAN, Patrice Barzan, parabenizou o trabalho da CTIL e
105 sugeriu que a minuta de PL seja lida artigo por artigo e assim que o artigo seja lido já se
106 aprova cada um dos dispositivos. O presidente do Comitê Tijucas, Djalma Silva
107 Bittencourt, indagou porque não incluir os comitês na composição do CERH, uma vez que
108 os comitês fazem parte do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. O conselheiro
109 representante da FECAM, Roberto Kurtz, indagou sobre o motivo de não ter mantido a
110 FECAM na composição do Conselho. Rui Batista Antunes colocou para votação a proposta
111 da conselheira Patrice de ler todos os artigos da minuta de PL, sendo esta aprovada. Com
112 relação à colocação sobre a inclusão dos comitês na composição do CERH, Rui lembrou
113 que este tema já foi amplamente discutido e, como os comitês não possuem personalidade
114 jurídica eles não podem participar como entidade-membro do CERH, entretanto a solução é
115 que os representantes das entidades da sociedade civil e dos usuários sejam membros de
116 comitês de bacia. Com relação ao questionamento sobre a participação da FECAM, Rui
117 informou que a intenção é de atrair os executivos e legislativos municipais, e por isso nesta
118 nova composição tem a representação dos municípios diretamente e não da FECAM.
119 Vinicius Constante iniciou a leitura da Minuta de PL, após a leitura do artigo 1º, indagou se
120 existia alguém que gostaria de se manifestar, não houve nenhuma objeção à redação do
121 artigo 1º, sendo aprovado. Em seguida leu o artigo 2º, seus incisos e parágrafo único. Após
122 a leitura do art. 2º, sugeriu trazer texto que já está no regimento interno o qual especifica
123 que os representantes das entidades do poder público municipal, dos usuários e da
124 sociedade civil devem participar dos comitês de bacias. O presidente do Comitê Tijucas,
125 Djalma Silva Bittencourt, perguntou onde está especificado que para fazer parte do
126 conselho tem que ser entidade regularmente constituída. Vinicius respondeu que este é dos
127 procedimentos para garantir a legitimidade das entidades e seus representantes. Rui
128 comentou que nos comitês de bacia toda entidades-membro precisa ter CNPJ para que
129 possa participar, o mesmo acontece no CERH. Rui informou também que acredita que este
130 formato de redação do PL sem a nominata não será aprovado novamente pela Diretoria de
131 Assuntos Legislativos da Casa Civil, pois este foi um dos pontos levantados como problema
132 da versão anterior, dessa forma sugeriu que a nominata das secretarias de estado, que está
133 na minuta de regimento interno, caso seja aprovada, seja inserida também neste artigo do
134 PL. O Diretor de Recursos Hídricos da SDS, Edison Pereira de Lima, explicou que quando
135 foi elaborada a composição sem a nominata das entidades do Poder Público Estadual, a
136 intenção era de não engessar o conselho, pois a cada reforma administrativa é alterado os
137 nome das secretarias, algumas se fundem, outras são criadas, e como o trâmite para
138 alteração desta lei é muito demorado, pois tem que passar pela assembleia, fica melhor a



**ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/11/2012**

139 nominata das secretarias estar somente no regimento interno que é um decreto e pode ser
140 alterado com mais rapidez, mas a Casa Civil já informou que o governador não vai aprovar
141 a lei sem que já estejam específicas as secretarias que comporão o CERH. O representante
142 da ABRH, José Vicente Miranda Regina, reforçou o que havia sido falado anteriormente
143 com relação as entidades que compõem o Conselho, é importante ter personalidade jurídica
144 para evitar que um cidadão individualmente se declare como representante de qualquer
145 coisa e possa se arvorar a participar do Conselho sem ter a representatividade efetiva de um
146 grupo maior. Rui sugeriu colocar para votação a sugestão de incluir no PL a nominata das
147 secretarias de estado, pois não consta na minuta do PL e somente na minuta de regimento
148 interno. O representante suplente da FATMA, Camilo Hollanda, argumentou que este
149 assunto foi amplamente discutido na CTIL e que não existe norma em nenhum lugar que
150 determine a obrigatoriedade de constar na Lei o nome das secretarias de estado; na pesquisa
151 feita pela CTIL nas leis de conselhos de alguns estados não tem o nome das secretarias, esta
152 especificação aparece no regimento interno, justamente para ter mais facilidade de alterar
153 caso necessário. A representante da CASAN, Patrice Barzan, argumentou que pode ser
154 inserido no texto após o nome de cada Secretaria, “a sucedânea ou a que a substituir”, que
155 já resolveria, pois não adianta o CERH enviar assim se a Casa Civil já disse que não vai
156 aceitar sem o nome das Secretarias. O conselheiro Roberto Kurtz argumentou que apesar de
157 não haver a necessidade de incluir o nome das secretarias, conforme a técnica legislativa, se
158 esta é uma decisão do governo então não adianta ficar discutindo, aceita-se e pronto. O
159 conselheiro representante da SPG, Germano Luiz Amorim Filho, concordou com as
160 colocações da conselheira Patrice Barzan e do conselheiro Roberto Kurtz. Rui colocou para
161 votação a inclusão no PL dos nomes das secretarias de estado, incluindo a sugestão da
162 Patrice de colocar ao lado de cada Secretaria o texto “ou sucedânea”. Foi aprovada a
163 inclusão do nome das Secretarias no texto do PL. Vinicius Constante lembrou que ainda
164 falta decidir se será incluso um parágrafo neste artigo sobre a questão da participação dos
165 comitês, trazendo também a redação da minuta de regimento interno que diz que os
166 representantes do poder público municipal, dos usuários e das entidades da sociedade civil
167 devem participar de comitês de bacias. A conselheira Patrice informou que na minuta de
168 regimento interno só existe esta regra para os representantes do poder público municipal e
169 que se esta regra se estender para o segmento dos usuários e das entidades da sociedade
170 civil, na redação não deveria ser utilizado o termo “os representantes” e sim “as entidades”.
171 O conselheiro José Vicente manifestou sua preocupação com regras que tratam do
172 representante e não da entidade, se a entidade participar de comitê ela poderia participar do
173 conselho, mas não precisa ser o mesmo representante da entidade que participa do comitê e
174 do conselho. O presidente do Comitê Tijucas, Djalma Silva Bittencourt, discordou e
175 afirmou que para os comitês é importante que sejam os mesmos representantes das
176 entidades que participam dos comitês e estejam no conselho, para desta forma trazer as
177 demandas/vivências dos comitês para o conselho. A conselheira Patrice argumentou que a
178 CASAN tem representação em dez comitês do estado, sendo que em quatro deles o
179 representante é presidente ou faz parte da diretoria, mas não necessariamente eles têm que
180 ser o representante da CASAN no conselho, primeiro por questão de logística fica mais
181 fácil que alguém de Florianópolis represente a CASAN, e se um deles fosse o representante
182 no conselho eles não conseguiriam estar representando os interesses de todos os comitês,
183 mas somente do comitê que ele participa, assim não se conseguiria chegar ao objetivo de
184 que os comitês fossem representados pelas entidades da sociedade civil e dos usuários,



**ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/11/2012**

185 contudo exigir que os representantes do executivo municipal façam parte dos comitês é
186 interessante para fortalecer a participação deste setor nos comitês. O representante da ACE,
187 Alexandre Trevisan, defendeu que não se deve estabelecer em lei regras ou critérios para
188 que as entidades escolham seus representantes no conselho, isto deve ficar a cargo de cada
189 entidade e que os comitês podem ser enquadrados como entidades não governamentais com
190 interesse e atuação comprovada em recursos hídricos, sendo assim todas as alternativas
191 discutidas aqui contemplam os comitês. O representante suplente da FATMA, Camilo
192 Hollanda, lembrou que a ideia da CTIL foi realmente descentralizar a participação no
193 CERH com representantes de todas as partes do estado, para que este conselho deixe cada
194 vez mais de ser um conselho da capital e se torne efetivamente um conselho do estado.
195 Vinicius alertou que as falas estão ficando repetitivas, informou que quem quiser se
196 manifestar, que o faça até se encerrar na fala do conselheiro Lauro Zanatta, e sugeriu que as
197 falas sejam mais propositivas, buscando uma nova redação para o artigo. O representante da
198 ABAS, Lauro Zanatta, defendeu que as entidades devem ficar livres para escolherem seus
199 representantes, sendo eles membros de comitês ou não. O presidente do Comitê Tijucas,
200 Djalma Silva Bittencourt, voltou a defender que os comitês devem ter sua representação no
201 CERH para ter mais força política, pois quem está na linha de frente atuando na bacia é o
202 comitê e não o conselho, indagou: Como o comitê pode ter força política se ele não tem
203 representação no conselho? Informou também que buscará outros meios e fará uma
204 consulta junto ao CNRH para esclarecer a questão da representação dos comitês nos
205 conselhos estaduais. Rui Batista Antunes disse que caso o CNRH seja consultado, como já
206 ocorreu outras vezes, ele irá dizer que o CERH deve decidir sobre o assunto, pois isto é
207 atribuição do conselho estadual e nós aqui devemos discutir o assunto e chegar num
208 consenso, e estamos discutindo como dinamizar a representação dos comitês no CERH há
209 seis anos. O representante da FECAM, Roberto Kurtz, esclareceu que na proposta
210 apresentada pela CTIL somente os representantes do Poder Público Municipal deverão
211 participar dos comitês e que a forma como foi proposto está bem correta, entretanto sugeriu
212 alterar a proposta para que as indicações sejam feitas pelos comitês ao invés de serem feitas
213 pelas associações de município, sugeriu também que se estude melhor o assunto e em outro
214 momento volte à discussão. A conselheira Patrice Barzan, sugeriu nova redação ao artigo
215 para deixar claro que as entidades são os membros do conselho e não os seus
216 representantes, e da mesma forma a exigência deve ser que a entidade seja membro de
217 algum comitê e não o que seu representante participe do comitê. Vinicius Constante
218 lembrou que na minuta de regimento interno discutida na CTIL existe o capítulo que se
219 refere às entidades que compõe o conselho, mas que existe também o capítulo que trata da
220 eleição e do mandato dos seus representantes. O conselheiro representante da ABRH, José
221 Vicente Miranda Regina, considerou que a redação da minuta na forma como apresentada
222 pela CTIL está boa e não necessita de alteração, inclusive quanto à representação do Poder
223 Público Municipal sendo indicado através das associações de municípios. Edison Pereira de
224 Lima informou que das entidades que compõe o CNRH tem dois comitês nas cadeiras do
225 segmento dos comitês, consórcios e associações intermunicipais das bacias hidrográficas. O
226 presidente do Comitê Tijucas, Djalma Silva Bittencourt, sugeriu que não se discuta mais o
227 assunto nesta reunião e que seja refeita a composição de acordo com a composição do
228 CNRH ou então os comitês vão entrar com uma ação pedindo revisão, com base na
229 composição do CNRH. Rui Batista Antunes lembrou que as minutas foram enviadas com
230 antecedência e que neste momento deveríamos estar discutindo sugestões de



**ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/11/2012**

231 aprimoramento destas minutas e não reler todo o texto e discuti-lo novamente do começo.
232 Patrice Barzan propôs que seja votada a minuta de PL e que o regimento seja deixado para
233 outra ocasião, onde a secretaria executiva enviaria aos conselheiros um formulário dando
234 um tempo para que cada conselheiro faça suas considerações e, após isso, que seja feita
235 reunião específica para tratar do regimento interno, como está sendo feito pelo CNRH na
236 discussão do seu novo regimento interno, onde a minuta foi elaborada e passou pelas
237 comissões técnicas e agora está sendo analisado em detalhe também pelo conselho. Rui
238 concordou com a colocação da conselheira Patrice de aprovarmos hoje o PL, pois ele tem
239 que passar pela Assembleia Legislativa, e se deixarmos para a próxima reunião do CERH
240 no ano que vem este processo vai demorar ainda mais. Rui sugeriu também que o regimento
241 interno seja rediscutido na CTIL e que seja aberto também para os conselheiros, assim não
242 precisaria marcar reunião específica do CERH para discutir o regimento interno. Vinicius
243 relatou que na CTIL ocorreu um processo de discussão similar ao que foi relatado pela
244 conselheira Patrice, onde as minutas de PL e Regimento Interno foram elaboradas por um
245 grupo de trabalho, estes documentos foram enviados para os membros da CTIL juntamente
246 com um formulário eletrônico onde deveria ser feita cada proposta de alteração ao texto
247 com sua respectiva justificativa, as contribuições foram sistematizadas e discutidas em
248 reuniões da CTIL. Vinicius argumentou que foram apresentadas duas alternativas de
249 encaminhamento, pela fala da conselheira Patrice e pela fala do Rui, as duas utilizando o
250 procedimento de enviar formulário para que sejam feitas as sugestões de alteração ao texto,
251 entretanto uma com a discussão sendo feita dentro da CTIL com a participação dos
252 conselheiros e outra com a discussão sendo feita direto no CERH, contudo se o conselho
253 decidir por esta segunda alternativa, no ano que vem o conselho terá que se reunir várias
254 vezes a mais do que o de costume, pois existem vários outros temas importantes em pauta
255 que não podem esperar. Rui colocou para votação as duas alternativas em votação. Ficou
256 decidido que continuasse a discussão do PL nesta reunião e que o Regimento Interno volta
257 para a CTIL para ser reelaborado, onde os conselheiros serão convidados a participar da
258 discussão, mas que também deverá ser agendada reunião extraordinária para tratar do
259 regimento interno. Continuando a discussão sobre a redação do PL, o conselheiro
260 representante da SEF, Germano Amorim Filho, sugeriu que na redação do artigo 2º deva
261 ser “Art. 2º. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos é composto por representantes
262 indicados pelas entidades:”. O conselheiro Alexandre Trevisan sugeriu “Art. 2º. O Conselho
263 Estadual de Recursos Hídricos é composto pelas seguintes entidades:” Rui colocou para
264 votação e decidiu-se manter o *caput* do artigo 2º como estava na minuta e inserir o termo
265 “entidades” nos incisos I e II. A conselheira Patrice sugeriu inserir um parágrafo segundo
266 no artigo 2º com a seguinte redação: “Os demais representantes serão nomeados conforme
267 regimento interno.” Rui lembrou que precisa ser definido se as entidades do poder público
268 estadual serão nomeadas na lei ou somente no regimento interno. O conselheiro Alexandre
269 Trevisan opinou que apesar da CTIL ter se posicionado por nomear as entidades somente
270 no regimento interno, o que for relativo à técnica legislativa, o que a consultoria jurídica do
271 estado decidir não se discute, portanto se encaminha desta forma e caso tenha que mudar
272 algo por questão de técnica legislativa não precisa retornar para o conselho, altera-se e
273 pronto. O conselheiro representante titular da FATMA, Ademar Mombach, lembrou que
274 este assunto já foi deliberado, sendo decidido incluir as entidades na Lei com o texto “ou
275 sucedânea” após o nome de cada instituição. Vinicius lembrou que após estas deliberações,
276 os conselheiros precisam definir o número total de entidades do CERH dentre as três



**ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/11/2012**

277 propostas apresentadas pela CTIL, desta forma fica definido o número total de entidades do
278 poder público estadual e assim pode ser definido quais serão as entidades deste segmento
279 para incluir no PL. O conselheiro Camilo, sugeriu parar a discussão em virtude do cansaço,
280 e discutir o assunto em outro momento. Os demais conselheiros manifestaram que já foi
281 votado se a discussão do PL e do regimento interno deveria parar ou continuar e ficou
282 decidido que hoje se discute o PL, e o que regimento interno será reelaborado na CTIL
283 ficando para outra reunião do CERH. Vinicius voltou a apresentar as três propostas de
284 composição sugeridas pela CTIL, e abriu para a discussão. O conselheiro José Vicente
285 sugeriu a alternativa de composição com 24 membros no total, pois quanto mais enxuto
286 mais fácil de reunir, e lembrou que com 24 membros já estará um pouco maior que o
287 conselho atual. O conselheiro representante da SES, José Délcio Steinbach, discordou a
288 opinião de que um grupo maior é mais difícil de reunir, lembrando CONSEMA que tem 40
289 membros e não tem problema de quórum e, portanto defende a proposta de 28 membros ou
290 32 membros. O conselheiro Roberto Kurtz defendeu a proposta com 32 membros. O
291 conselheiro representante da FETAESC, Ives Luiz Lopes, manifestou que no CONSEMA a
292 cada início de ano o cronograma das reuniões é divulgado, facilitando a organização das
293 agendas. O conselheiro representante do BPMA, Ten. Cel. Leibnitz Martinez Hipólito,
294 manifestou preocupação por em nenhuma das três alternativas constar a Polícia Ambiental
295 ou a Secretaria de Segurança Pública (a qual o BPMA está vinculado) tendo em vista que a
296 Polícia Ambiental tem atuação importantíssima relativa aos recursos hídricos do estado.
297 Vinicius lembrou que estas alternativas são sugestão da CTIL e que nada impede se aprove
298 outra composição, caso os conselheiros entendam assim. Sugeriu também que primeiro seja
299 votado o número total de membros e em seguida seja deliberado sobre quais as entidades do
300 poder público estadual comporão o CERH. Colocou-se para votação o número total de
301 membros, sendo aprovada a composição com 32 membros. A seguir discutiu-se sobre as
302 entidades, sendo aprovada a sugestão feita pela CTIL, substituindo a Secretaria de Estado
303 de Turismo, Cultura e Esporte pela Secretaria de Estado da Segurança Pública. Portanto, no
304 PL deverá constar as seguintes secretarias: Secretaria de Estado do Desenvolvimento
305 Econômico Sustentável - SDS; Secretaria de Estado da Saúde - SES; Secretaria de Estado
306 da Agricultura e da Pesca - SAR; Secretaria de Estado da Infraestrutura - SIE; Secretaria de
307 Estado do Planejamento - SPG; Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ; Secretaria de
308 Estado da Defesa Civil - SDC; e Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP. A seguir
309 discutiu-se o seguinte item da pauta “**Critérios de Outorga de Uso dos Recursos Hídricos**
310 **propostos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Itajaí**”. Vinicius relatou que,
311 conforme determina a legislação nacional e estadual de recursos hídricos, os critérios de
312 outorga propostos pelo Comitê Itajaí através do seu Plano de Bacia foram encaminhados
313 para aprovação do CERH. No conselho, os critérios de outorga foram analisados pela
314 CTORH num processo em conjunto com membros do Comitê Itajaí, deste processo a
315 CTORH emitiu um parecer sobre os critérios propostos pelo Comitê e uma minuta de
316 resolução CERH com os critérios ajustados após este processo de discussão. Vinicius leu a
317 minuta de resolução e abriu para discussão. O conselheiro Alexandre Trevisan questionou
318 porque no parágrafo único do artigo 2º diz que nos trechos com vazões regularizadas
319 deverão ser adotados critérios de outorga específicos a serem definidos pelo comitê.
320 Alexandre considera que estes critérios deveriam estar definidos na resolução. Vinicius
321 informou que apesar de não fazer parte da CTORH, participou das reuniões como secretário
322 executivo do CERH e que nas discussões considerou-se necessário a distinção dos trechos



**ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/11/2012**

323 com vazões regularizados dos demais trechos, entretanto não existiam informações no
324 momento para definir os critérios para estas situações. Rui lembrou que estamos num
325 processo de implementação dos instrumentos da Política de Recursos Hídricos e que nem
326 sempre se consegue fazer o ideal, mas precisamos avançar neste processo, pois Santa
327 Catarina está atrasada com relação aos outros estados, em especial quando falamos em
328 outorga. O conselheiro Ademar Mombach disse que apesar de ter participado da última
329 reunião da CTORH, acredita que os critérios propostos pelo Comitê Itajaí são apenas para
330 alguns tipos de usos, por exemplo, para a mineração não existem critérios previstos. O
331 conselheiro Lauro Zanatta concorda com o conselheiro Ademar e acrescenta que os
332 critérios para captação em água subterrânea poderiam ser mais completos. Vinicius lembrou
333 que para os casos não previstos nesta resolução aplicam-se as demais normas vigentes. Rui
334 perguntou se mais alguém gostaria de se manifestar, se alguém gostaria de fazer alguma
335 alteração no texto da minuta de resolução e colocou para votação a aprovação da minuta de
336 resolução, sendo esta aprovada. Em seguida, Vinicius fez a apresentação do seguinte item
337 da pauta “**Projetos de Implementação do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio**
338 **Jacutinga**”, tais projetos visam obter recursos do Programa SC Rural. No CERH, todos os
339 projetos de implementação dos Planos de Bacias foram encaminhados para a CT SC Rural,
340 e neste ano a comissão analisou 6 projetos sendo que após análise, a comissão considerou
341 que os 2 projetos para implementação de ações emergenciais do Plano Estratégico de
342 Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga (*Projeto Análise da Qualidade da*
343 *Água das Nascentes dos Rios das Sub-Bacias do Território de Atuação do Comitê*
344 *Jacutinga e Contíguos; e Projeto de Gestão Integrada da Água Superficial com água*
345 *Subterrânea: cadastro dos poços de captação de água subterrânea, na Bacia Hidrográfica*
346 *do Rio Jacutinga e Sub-Bacias Contíguas*) cumprem os requisitos estabelecidos pelo
347 Programa SC Rural, e portanto recomendou em seus pareceres a aprovação pelo CERH. O
348 conselheiro Germano questionou porque estes projetos tem que ser aprovados pelo CERH
349 se eles fazem parte do Programa SC Rural. Vinicius explicou que boa parte dos recursos
350 das ações de gestão dos recursos hídricos do Programa SC Rural são provenientes do
351 FEHIDRO, e por isso o CERH foi inserido na estrutura do Programa, e foi para acompanhar
352 a aplicação destes recursos que o CERH criou a CT SC Rural. O conselheiro Roberto Kurtz
353 informou que participou como membro do Comitê Jacutinga do processo de elaboração do
354 plano de bacia e agora do acompanhamento destes projetos de implementação de ações
355 previstas no plano, sendo que os projetos já começaram a ser executados e precisam dos
356 recursos para ter sua continuidade. Rui perguntou se mais alguém gostaria de se manifestar
357 e colocou para votação a aprovação dos projetos, sendo estes aprovados. Vinicius lembrou
358 aos conselheiros que ainda restam dois itens na pauta e em decorrência do horário alguns
359 conselheiros informaram que precisarão se ausentar, e perguntou se a reunião deve seguir
360 até a conclusão da pauta ou se encerra a reunião. Rui sugeriu que a apresentação sobre as
361 obras para contenção de cheias programadas pelo Governo do Estado para Bacia do Itajaí
362 seja transferida para a próxima reunião, e se discuta o cronograma de reuniões do CERH
363 para 2013, antes de finalizar a reunião. Rui perguntou para o Gerente de Prevenção e Alerta
364 da SDC, Frederico Rudorff, se ele concordava em fazer sua apresentação na próxima
365 reunião do conselho. Frederico concordou. Iniciou-se a discussão sobre o cronograma de
366 reuniões do CERH para 2013, sendo definidas quatro reuniões ordinárias nas seguintes
367 datas: 21/03, 04/07, 12/09 e 28/11. Vinicius Constante agradeceu aos presentes pelas
368 importantes contribuições para as deliberações do CERH. Rui Batista Antunes agradeceu a



ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 29/11/2012

369 todos os conselheiros e demais presentes pela participação, em especial ao técnico da SDC
370 que ficou toda a reunião para fazer a apresentação solicitada pelo CERH sobre as obras de
371 contenção de cheias na bacia hidrográfica do Rio Itajaí e deu por encerrada a reunião.

372

373

374 Florianópolis, 18 de dezembro de 2012.

375

376

377

378

379

Rui Batista Antunes
Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos

380

381

382

383

384

Vinicius Tavares Constante
Secretário Executivo do CERH